



Conselho da Justiça Federal

PORTARIA N. 028, DE 26 DE MAIO DE 2010.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem o inciso III do art. 54 e o § 2º do art. 55, ambos da [Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000](#),

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre de 2010, na forma do ANEXO, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

Publicada no Diário Oficial da União
Em 28/05/2010 Seção 1 pág. 228



Conselho da Justiça Federal

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2009 A ABRIL DE 2010

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.028.978	121.217	6.150.195
Pessoal Ativo	5.332.966	117.100	5.450.066
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.920	0	1.920
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	627.574	107.281	734.855
Demais Despesas com Pessoal Ativo	4.703.472	9.819	4.713.290
Pessoal Inativo e Pensionistas	696.012	4.117	700.129
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.690	0	1.690
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionista	694.322	4.117	698.439
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	1.432.490	117.817	1.550.307
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.922	8	1.930
Decorrentes de Decisão Judicial	629.554	107.281	736.835
Despesas de Exercícios Anteriores	160.091	9.792	169.883
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	640.923	736	641.659
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.596.488	3.399	4.599.887
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			468.699.862
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]	0,980689%	0,000725%	0,981414%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)			7.649.032
1,631968%			
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)			7.266.580
1,550370%			

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) A partir de 2010, os valores de Precatórios e RPVs da administração direta não integram a dotação autorizada das unidades orçamentárias do Órgão 12000 - Justiça Federal. Os valores executados foram descentralizados aos Tribunais que proferiram as decisões, conforme art. 29 da Lei 12.017/2009 - LDO, e compõem a despesa realizada do órgão que originou o débito.

##ASS CLÁUDIO MACHADO PINTO
##CAR SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

##ASS GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA
##CAR SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

##ASS EVA MARIA FERREIRA BARROS
##CAR SECRETÁRIA-GERAL